



Câmara Municipal de Caminha
Ata 21/23 de 02/11/2023

**ATA NÚMERO 21/23 DA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CAMINHA REALIZADA NO DIA 2 DE
NOVEMBRO DE 2023.**

*Aos dois dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, no Edifício da Biblioteca Municipal, reuniu a Câmara Municipal sob a presidência de **RUI MIGUEL RIO TINTO LAGES** e com a presença dos Senhores Vereadores **LILIANA DE SOUSA RIBEIRO, SANDRA ELISABETE DIAS FERNANDES, JOÃO ANTÓNIO BRANCO PINTO, LILIANA SOFIA BOUÇA DA SILVA, NUNO BRÁS COSTA PEREIRA e IDALINA MARIA AREIAS RIBEIRO FERNANDES.***

Iniciada a reunião, às 15:00 horas, pelo Senhor Presidente **Rui Miguel Rio Tinto Lages** foram tratados os assuntos a seguir indicados:

Foram entregues aos Senhores Vereadores as informações escritas sobre os fundos disponíveis, contratos celebrados ao abrigo da delegação de competências, controlo orçamental da receita, balancete analítico do plano geral e listagem de ordens de pagamento.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Presidente** cumprimentou os presentes e de seguida deu a palavra aos Senhores Vereadores.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** cumprimentou os presentes e perguntou quando serão entregues as respostas escritas às questões que tem colocado nas reuniões de Câmara anteriores, bem como os requerimentos que não tiveram



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

resposta até ao momento, nomeadamente, sobre os apoios sociais, a casa barco, entre outros.

Alertou que se tem verificado a existência de ratos nas condutas de águas pluviais e saneamento em várias Freguesias do Concelho, o que provavelmente é sinal de que não está a ser feita a desratização regular, solicitando que seja feita uma intervenção.

Perguntou em que ponto de situação está a questão da recuperação da Ponte da Sandia, uma vez que está um perigo eminente, com queda frequente de pedaços de betão.

Referiu que numa parte do edifício das Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora há infiltração de água pela cobertura, pelo que deve ser feita alguma remodelação e manutenção, uma vez que neste chove dentro das Piscinas Municipais.

Alertou que na rua Benemérito Joaquim Rosas se encontra uma habitação em perigo de derrocada, o que pode provocar danos nas habitações contíguas. Este problema tem se arrastado durante muito tempo, com vistorias e demais procedimentos, no entanto o problema mantém-se, devendo ser evitado um acidente.

Disse que fruto das cheias nas últimas semanas, a Marginal de Seixas ficou com muitos resíduos espalhados, colocando a ecovia intransitável. Solicitou que a Câmara Municipal proceda à limpeza daquele espaço o quanto antes.

Solicitou esclarecimentos sobre as máquinas de ginásio que estão a ser utilizadas pelo Hospital Particular, nas Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora, de forma a se perceber, se as referidas máquinas são ou não as da Câmara Municipal, que se encontravam no Pavilhão Municipal, uma vez que se desconhece a existência de qualquer protocolo de cedência dos equipamentos.

Insistiu com a questão das Casas de Banho do Parque 25 de Abril, questionando para quando a resolução deste assunto, uma vez que continuam fechadas.

Chamou atenção que chove dentro de uma habitação do Bairro dos Pescadores em Vila Praia de Âncora, propriedade da Câmara Municipal, solicitando uma intervenção



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

urgente, de modo a que a moradora da habitação tenha condições dignas de habitabilidade.

Disse ter conhecimento que já se encontram nos Estaleiros Municipais os novos autocarros do Município, e questionou a razão pela qual ainda não estão em funcionamento.

Solicitou a requalificação da pintura da sinalização horizontal do Parque do Ferryboat, uma vez que se encontra grande parte apagada.

Sugeriu a colocação lombas na Av. Ramos Pereira, em Vila Praia de Âncora, uma vez que vários munícipes têm alertado para o facto de haver veículos a passar a velocidade excessiva naquele local.

Perguntou quando serão retirados os módulos de contentores que serviram de estrutura provisória do Mercado Municipal de Caminha, bem como o destino que lhe serão dados.

Disse que o Bar da Praia em Moledo, continua no mesmo local, não se tendo percebido se foi prestada a caução por forma a que a Câmara Municipal se pudesse substituir para retirar a estrutura. Solicitou alguma atenção a este assunto para que o Bar da Praia não passe mais um ano naquele local.

Solicitou informações sobre o incidente ocorrido no Mercado Municipal de Caminha.

Perguntou para quando serão definidos os critérios do SIADAP 23/24, bem como o descongelamento das carreiras do pessoal não docente.

Alertou ainda para umas placas que se encontram na cobertura da Biblioteca Municipal que devem ser retiradas, uma vez que podem cair com o vento e provocar danos. Ainda na Biblioteca Municipal, alertou que as escadas de acesso à CPCJ são muito perigosas, devendo ter o portão de acesso encerrado de forma a evitar quedas.

Relativamente à situação do Café “O Leme” em Vila Praia de Âncora, disse que foi enviado um ofício ao Senhor António Manuel Pereira em que aquele estabelecimento poderia encerrar entre as 00h e as 7 da manhã entre julho e setembro, deduzindo que possa estar errado. Solicitou um esclarecimento sobre



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

este assunto, lamentando que este ofício tenha sido enviado ao munícipe e se diga que foram auscultadas diversas entidades, quando na verdade não foram ouvidas.

O **Senhor Vereador Nuno Pereira** cumprimentou os presentes e disse estar preocupado com as condições meteorológicas das últimas horas, uma vez que existem situações como a do Mercado Municipal e também uma habitação devoluta na rua Benemérito Joaquim Rosas, junto ao alojamento Bom Caminho, em que já caíram algumas telhas no passeio. Atendendo ainda a esta situação, perguntou para quando a elaboração de um Plano Especial de Cheias e Inundações. Nos rios Minho e Coura, bem como na zona costeira existe um aumento cada vez mais considerável do nível médio das águas do mar, pelo que é fundamental existir este Plano Especial de Cheias e Inundações.

Chamou atenção para a situação de falta de limpeza de sargetas, havendo por isso grandes probabilidades de ocorrerem inundações nas áreas urbanas do município.

O **Senhor Presidente** respondeu que relativamente à questão da desratização, a mesma tem sido efetuada dentro do planeado por todo o concelho. Recordou que aquando do alerta anteriormente feito pela Senhora Vereadora Liliana Silva foi feita uma intervenção nas condutas, no entanto estas situações surgem quando os níveis de precipitação sobem, nomeadamente com inundações e cheias, uma vez que as condutas ficam com mais água e estes animais surgem no território, no entanto, o trabalho de desratização está a ser feito conforme previsto.

Relativamente à Ponte da Cruz Velha (Sandia), informou que reuniu recentemente com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, o qual lhe transmitiu que as Infraestruturas de Portugal vão fazer uma intervenção, no entanto a Câmara Municipal também vai incluir uma verba no próximo orçamento para requalificar esta ponte.

Explicou que há cerca de 3 ou 4 semanas foi contactada da Caminhaequi, SA, para proceder à reparação dos rufos da cobertura das Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

Referiu que a habitação na rua Benemérito Joaquim Rosas não é só um problema para a via pública e para terceiros, mas também porque é um problema de âmbito social, uma vez que nessa habitação vive um agregado familiar. Informou que na próxima reunião de Câmara irá propor o despejo coercivo daquela família e o seu realojamento num espaço digno, uma vez que até ao momento não tem sido possível através do diálogo retirar as pessoas do seu interior.

Explicou que a existência de cheias é um fenómeno imprevisível, a par de que a barragem a montante está a debitar mais de 700 m³ de água por segundo, o que provoca que as zonas ribeirinhas fiquem inundadas. A Câmara Municipal esteve no terreno estes dias a acompanhar a situação, com várias ocorrências de queda de árvores, um minitornado que provocou a projeção da cobertura do Mercado Municipal sobre os veículos estacionados nos espaços adjacentes.

Comprometeu-se a esclarecer posteriormente a questão colocada sobre as máquinas de ginásio, uma vez que desconhece o assunto. Assim como sobre a habitação no Bairro dos Pescadores de Vila Praia de Âncora, solicitou à Senhora Vereadora Sandra Fernandes que averigue a situação, uma vez que nada foi reportado.

Relativamente ao excesso de velocidade nos arruamentos, disse contar com o civismo da população neste tema, no entanto irá estudar uma forma de minimizar a velocidade na Av. Ramos Pereira.

Informou que há dois comerciantes que ainda estão a utilizar os módulos de contentores provisórios do Mercado Municipal, enquanto aguardam a instalação do equipamento nas respetivas lojas. Informou que já foi notificado o concessionário do Bar da Praia de Moledo para remoção imediata da estrutura, pelo que se aguarda a os prazos concedidos.

Esclareceu que as escadas da Biblioteca Municipal é o acesso que foi solicitado pela CPCJ para haver um acesso direto e aberto, de forma a que as pessoas não tenham que passar pelo interior da biblioteca.

Reconheceu que o texto do ofício enviado ao Senhor António Manuel Pereira não foi feliz, uma vez que o pretendido é diminuir o horário de funcionamento do café em



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

causa e tentar coadunar a atividade comercial com o direito ao descanso das pessoas. Referiu que aquele estabelecimento é arrendado e disse ter conhecimento que o proprietário da fração tem intenção de a tornar em habitacional, terminando com a utilização para funcionamento de café.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Vereador Nuno Pereira disse que irá solicitar aos serviços de Proteção Civil para se deslocarem ainda neste dia à rua Benemérito Joaquim Rosas a fim de verificar a situação reportada, nomeadamente a segurança da habitação devoluta que referiu.

Informou que a Câmara Municipal está a trabalhar na elaboração de um Plano de Inundações e Cheias, sobre qual poderá ser apresentado um documento preliminar até ao final do ano em curso, assim como o Plano Municipal para as Alterações Climáticas.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que o problema da existência de ratos nos espaços públicos não é um problema recente, uma vez que já há mais de um ano se colocou este problema, bem como no mês de agosto, em pleno verão, tratando-se de um problema de saúde pública. Independentemente da ADAM fazer a desratização das condutas, a Câmara Municipal deverá também atuar, de forma a evitar que o problema se agrave ainda mais.

Perguntou quando será efetuada a limpeza da Marginal de Seixas fruto das cheias, uma vez que não se circula em determinados troços da ecovia há mais de uma semana.

Referiu que apesar do Senhor Presidente não ter conhecimento da situação da habitação no Bairro dos Pescadores em Vila Praia de Âncora, os técnicos do município já se deslocaram aquela habitação, no entanto não surge uma resolução célere para este problema.

Disse que apesar de alguns módulos contentores provisórios do Mercado Municipal de Caminha ainda estarem a ser utilizados, os restantes já podiam ter sido retirados, de forma a tornar aquele espaço mais aprazível, uma vez que está a chegar o Natal.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

Disse entender que a CPCJ tenha um acesso direto exterior, no entanto o portão de acesso às escadas deveria estar fechado para evitar quedas.

O **Senhor Presidente** respondeu que efetivamente a presença de ratos nas condutas não é recente, uma vez que sempre aconteceu, uma vez que é um ambiente propício para que surjam este tipo de animais. Reforçou que a Câmara Municipal cumpre com a sua parte na desratização, assim como a ADAM, à qual têm sido enviadas notificações para que cumpra com essa função, no entanto neste período, e mesmo que se reforce a atuação, é muito mais difícil combater esta situação, pelo aumento dos caudais nas condutas.

Esclareceu que as cheias na Marginal de Seixas não foram há mais de uma semana, uma vez que a primeira ocorrência foi no domingo anterior, desde aí tem havido novas cheias, e os serviços municipais têm estado no terreno, nomeadamente, a efetuar limpezas noutros locais, como por exemplo em Lanhelas, acorrendo às ocorrências tendo em conta as exigências das situações.

Referiu que os módulos contentores provisórios do Mercado Municipal de Caminha podem servir na época de Natal para um pequeno mercado tradicional de venda de produtos natalícios e dar àquele espaço outra vivência e dinâmica enquanto não são removidos, uma vez que são uma infraestrutura municipal e podem estar à disposição das associações e coletividades que queiram usufruir daquele espaço.

O **Senhor Vereador Nuno Pereira**, no âmbito do Plano Municipal para as Alterações Climáticas que está a ser elaborado, perguntou se tem havido contacto com as entidades espanholas a fim de saber como estão os valores de cada uma das barragens do rio Minho, para depois haver uma preparação para um débito maior de caudal, que é habitual nesta altura do ano. Perguntou ainda se, na linha costeira existe alguma preocupação com o desaparecimento de dunas principais e dunas secundárias, uma vez que terá influência nas áreas relacionadas com o turismo, a pesca e com a segurança da própria pesca, nomeadamente, fruto do assoreamento do rio Minho. Sugeriu que deve ser acautelada ainda toda a situação



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

da morfologia na zona do rio Coura e das freguesias que sofrem sempre que se verifica precipitação.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** insistiu ser necessária a limpeza da Marginal de Seixas, devendo ser contactada a Luságua para ir ao local remover os resíduos.

Disse ter sérias dúvidas de que a ADAM e a Câmara Municipal estejam a fazer a desratização das condutas convenientemente, uma vez que os casos reportados têm se vindo a agravar.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PROPOSTA N.º 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20/09/2023;

Proposta retirada.

PROPOSTA N.º 2 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS AO ENSINO SUPERIOR;

Em conformidade com a deliberação tomada em reunião de Câmara do dia 05/07/2023, foi o projeto de regulamento supracitado submetido a audiência de interessados e discussão pública nos termos da Lei.

Assim, nos termos da alínea k), n.º 1, do art.º 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere submeter a alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos ao Ensino Superior à aprovação da Assembleia Municipal, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, João Pinto, Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 3 – INICIO DO PROCEDIMENTO REGULAMENTAR ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS URBANÍSTICAS;

O Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, determina o procedimento do regulamento administrativo, bem como o dever de se publicitar o inicio do procedimento com vista a possibilitar a constituição como interessados e a apresentação de contributos pelos cidadãos no âmbito da celebração de projetos de regulamentos ou de projetos de alteração de regulamentos.

O artigo 98.º, n.º 1, do CPA, determina que o inicio do procedimento é publicitado na internet, no sitio institucional da entidade pública, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

Assim, **propõe-se** que, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do CPA, a Câmara Municipal delibere autorizar o inicio do procedimento para a alteração ao Regulamento de Taxas Urbanísticas.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, João Pinto, Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 4 – PROCEDIMENTO DE “CONSULTA PÚBLICA AO MERCADO IMOBILIÁRIO PARA A AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO” – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA “1.º DIREITO” – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO PRELIMINAR E



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONSULTA AO MERCADO IMOBILIÁRIO;

Conforme informação dos serviços, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere aprovar o relatório preliminar do Procedimento de “Consulta Pública ao Mercado Imobiliário para a Aquisição de Habitação” – apresentação de propostas para aquisição de habitações no âmbito do programa “1.º Direito” e prorrogação do prazo de consulta ao mercado imobiliário, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que esta proposta veio dar razão àquilo que disse, nomeadamente que não se estava a fazer uma mera prospeção de mercado imobiliário, mas sim a aquisição. Disse ter algumas dúvidas sobre o relatório preliminar, uma vez que não foram entregues todos os documentos, nomeadamente, sobre a candidatura número 1, em que refere que a habitação preexistente, mas que apresenta condições de utilização imediata sem necessidade de obras de reabilitação em qualquer uma das áreas que a compõe, no entanto, na mesma informação diz que o estado de conservação do imóvel é mau, ficando sem perceber se precisa de obras ou não. Referiu ainda que consultada a certidão predial do imóvel, não se consegue chegar em momento algum aos 266 m² referidos, que depois vão dar origem ao valor unitário de venda. Questionou que se estas habitações estão em mau estado, serão posteriormente necessárias obras de recuperação, bem como se esse valor não irá ultrapassar o valor previsto no “Programa 1º Direito”. Perguntou se já foram feitos os cálculos das obras de requalificação dos imóveis em causa, bem como se foi feito o relatório anual com a atualização da execução do “1º Direito no Concelho de Caminha”.

Requereu de forma verbal os dois relatórios anuais de atualização da execução do “1º Direito no Concelho de Caminha”, enviados para o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, ao abrigo do contrato celebrado.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

O **Senhor Presidente** respondeu que a Câmara Municipal tem feito um trabalho de muita proximidade, quase semanalmente, com o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, o qual é um parceiro fundamental na execução da Estratégia Local de Habitação, nomeadamente no Bairro dos Pescadores em Caminha, onde grande parte das frações são propriedade do IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e outra parte de particulares.

Relativamente às questões mais técnicas solicitou esclarecimentos ao Técnico Superior Luís Araújo.

O **Técnico Superior Luís Araújo** cumprimentou os presentes e explicou que os 266 m² que constam na ficha de avaliação da candidatura número um dizem respeito a um projeto que existe na Câmara Municipal que permite a construção de duas frações naquele imóvel. Apesar de atualmente ser só uma fração, existe um licenciamento para duas frações, embora o valor aferido seja relativamente aos 115.9 m², que é o que consta na caderneta predial, e assim está abaixo do valor do INE.

Explicou ainda que esta consulta teve como pressuposto o que está definido na estratégia local, sendo que só se pode fazer a aquisição de imóveis que permitam a realização de obras. Reconheceu que as habitações não estão em bom estado, devendo subir dois níveis na certificação energética, entre outros pressupostos definidos.

Disse que a estratégia está em vias de reformulação de modo a permitir adquirir imóveis novos, no entanto, nesta consulta, o que tem interesse são imóveis para fazer obras.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que já tinha percebido que as diferenças nas áreas da candidatura número um poderiam estar relacionadas com o projeto de arquitetura, no entanto, a Câmara Municipal não está a comprar o projeto de arquitetura. Em todas as outras candidaturas os valores das áreas batem certo com as certidões e porque razão nesta a área não está igual.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

O **Técnico Superior Luís Araújo** disse que no fundo está se a adquirir o imóvel e o projeto. Reconheceu que a diferença entre a caderneta predial e a área poderá causar algum constrangimento na avaliação da candidatura.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que deveriam constar os valores que estão na caderneta predial, uma vez que o valor unitário de venda não vai corresponder posteriormente.

Referiu que percebeu quando o Senhor Presidente disse que há uma proximidade com o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, no entanto o Concelho de Caminha tem uma estratégia desde 2021, pelo eu solicitou novamente os relatórios de execução da estratégia, porque chegou-se a 2023 e não se veio nada feito.

O **Senhor Presidente** respondeu que estão a decorrer as obras na antiga escola primária de Cristelo para dois “T2”, no âmbito deste programa “1º Direito”. Está também em fase avançada o Bairro dos Pescadores de Caminha, uma vez que foi necessário fazer a articulação com os proprietários das restantes frações, e está também a decorrer este procedimento que se apresenta. Portanto, houve trabalho feito, com obra no terreno e outra quase a iniciar-se como é o caso do Bairro dos Pescadores.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** perguntou se o Bairro dos Pescadores de Caminha pertence ao IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

O **Senhor Presidente** respondeu que não.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que há frações que são de privados e há outras que pertencem ao IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana,



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

portanto as obras vão ser feitas pelo IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

O **Senhor Presidente** respondeu que não. Explicou que há dois tipos de obras, as que são feitas nas habitações e as obras das áreas comuns, calculada pela permissão das frações.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse saber disso e alertou que muitas famílias não têm dinheiro para pagar a sua permissão.

O **Senhor Presidente** respondeu que quem vai fazer a obra é o condomínio dependendo das permissões das frações. Referiu que a Câmara Municipal não vai investir dinheiro no Bairro dos Pescadores em Caminha, sendo que unicamente elegeu aquele bairro para se inserir na Estratégia Local de Habitação e fazer de mediador entre proprietários privados e IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, com a ajuda e disponibilização recursos para que as pessoas possam submeter as candidaturas.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que o Bairro Social do Lugar de Coura em Seixas também foi identificado na Estratégia Local de Habitação e afinal não vai ser possível requalificá-lo.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes e João Pinto 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Vereadores Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes.

PROPOSTA N.º 5 – ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DA ÁREA EMPRESARIAL DA GELFA;



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

Nos termos da informação dos serviços, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere aprovar a proposta alteração da constituição da Comissão Técnica de Avaliação dos projetos da Área Empresarial da Gelfa, e que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes e João Pinto 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Vereadores Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes.

PROPOSTA N.º 6 – ESCALAS DE TURNOS DAS FARMÁCIAS DO CONCELHO DE CAMINHA PARA O ANO 2024;

O Departamento de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde do Norte, IP solicitou parecer sobre a proposta de escalas de turnos das farmácias do Concelho de Caminha para o ano 2024;

Considerando que nos termos do n.º 2, do art.º 3º da portaria 277/2012, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal a emissão de parecer sobre as propostas das escalas de turnos das farmácias para o ano seguinte;

Assim, nos termos da informação dos serviços, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere emitir parecer favorável à proposta de escala de turnos das farmácias do Concelho de Caminha para o ano 2024, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, João Pinto, Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 7 – CONSOLIDAÇÃO DA MOBILIDADE INTERNA INTERCARREIRAS DO TRABALHADOR FERNANDO VIANA DE CARVALHO;



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

Por despacho do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara datado de 30 de maio de 2022, o trabalhador Fernando Viana de Carvalho passou a exercer funções na categoria de Encarregado Geral, em regime de mobilidade interna.

Considerando que existe conveniência para o interesse público na consolidação da mobilidade do referido trabalhador;

Considerando que estão reunidas todas as condições e requisitos legais para a consolidação da mobilidade interna;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a consolidação da mobilidade do Trabalhador Fernando Viana de Carvalho na categoria de Encarregado Geral.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, João Pinto, Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 8 – CONSOLIDAÇÃO DA MOBILIDADE INTERNA INTERCARREIRAS DO TRABALHADOR ANTÓNIO MANUEL COELHO AZEVEDO;

Por despacho do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara datado de 30 de maio de 2022, o trabalhador António Manuel Coelho Azevedo passou a exercer funções na categoria de Encarregado Geral, em regime de mobilidade interna.

Considerando que existe conveniência para o interesse público na consolidação da mobilidade do referido trabalhador;

Considerando que estão reunidas todas as condições e requisitos legais para a consolidação da mobilidade interna;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a consolidação da mobilidade do Trabalhador António Manuel Coelho Azevedo na categoria de Encarregado Geral.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, João Pinto, Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 9 – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA;

Para produção de efeitos imediatos de todas as propostas constantes nesta minuta de ata, **propõe-se** a sua aprovação.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, João Pinto, Liliana Silva, Nuno Pereira e Idalina Fernandes, 0 votos contra e 0 abstenções.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor António Lages** cumprimentou os presentes e disse que fez uma denuncia de uma obra ilegal na Travessa da Pereirinha, em Venade, há dois anos, sendo que a última resposta recebida por parte da Câmara Municipal dava conta que o infrator tinha sido notificado, no entanto não recebeu a notificação e o processo encontra-se parado desde junho e desde essa data nada foi feito. Referiu que este infrator ocupou espaço público com entulhos de obras e sugeriu que a Câmara Municipal proceda a limpeza e desobstrução do espaço em causa.

Disse ser uma estupidez a colocação de lombas na via pública para inibição de velocidade dos automóveis e sugeriu a colocação de almofadas de redução de velocidade que são muito mais eficientes.

O **Senhor Presidente** respondeu que neste momento não dispõe de elementos para poder esclarecer o Senhor António Lages e solicitou que no final da reunião o



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

acompanhe à Câmara Municipal a fim de verificar o ponto de situação sobre este assunto.

O **Senhor António Manuel Pereira** cumprimentou os presentes e disse que o proprietário da fração onde se encontra o Café “O Leme” só quer alterar agora a utilização da fração porque lhe foram enviados os dois autos de vistoria feitos pela Câmara Municipal a dizer que aquele café não pode estar aberto. Referiu que são feitos contratos de arrendamentos mensalmente e se houvesse mesmo interesse em acabar com este problema, não renovava o arrendamento, por forma a fechar o estabelecimento.

O **Senhor Presidente** perguntou se já foi realizada reunião de condomínio sobre este assunto.

O **Senhor António Manuel Pereira** respondeu que sim, no dia 10 de outubro, sendo que os condóminos já falaram com o proprietário várias vezes sobre o ruído provocado por este estabelecimento, e o qual sempre se mostrou desconhecedor do problema prometendo falar com o arrendatário. Como consequência das assembleias de condomínio, foi enviada informação para o proprietário que se recusa a encerrar o estabelecimento.

Questionou como é possível haver duas vistorias da Câmara Municipal a confirmar que o estabelecimento está ilegal e este ainda se encontrar aberto.

No dia 26 de junho, enviou um e-mail para a Câmara Municipal, que não obteve resposta, a perguntar se a Câmara Municipal se responsabiliza, caso haja uma explosão ou incêndio naquele estabelecimento, derivado da utilização de gás e fogões. Insistiu que gostava de ter uma resposta a esta questão. Referiu que atualmente, além de café, aquele estabelecimento é um mini restaurante, servindo refeições e com ementas afixadas.

Disse ter recebido um ofício da Câmara Municipal a dizer que nos meses de julho e agosto o estabelecimento pode encerrar entre as 00H00M e as 07H00M da manhã e



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

no dia seguinte, recebeu outro ofício a dizer que é julho, agosto e setembro, questionando em qual dos dois ofícios se deve acreditar. Referiu ter dois filhos pequenos em casa e perguntou como é que estas duas crianças vão descansar nestes dois ou três meses.

Disse que o ofício referido pelo Senhor Presidente não chegou à GNR de Vila Praia de Âncora.

Referiu que é do conhecimento público que há vários dias com “karaokes” naquele estabelecimento, no entanto, questionou porque razão só existe um pedido de alargamento de horário de funcionamento para karaoke.

Disse ainda que teve conhecimento que há um problema com dinheiros cobrados aos alunos pelo transporte escolar em Riba de Âncora, do qual o seu pai foi motorista, pelo que refutou qualquer responsabilidade do seu pai neste assunto e se tiverem que ser devolvidos os valores, terá que ser a Junta de Freguesia de Riba de Âncora ou a Câmara Municipal a fazê-lo, uma vez que o seu pai fez o transporte escolar, durante anos, gratuitamente.

Chamou atenção para a falta de limpeza das ecovias, nomeadamente pelos dejetos de animais na zona de Sto. Isidoro em Moledo, bem como a constante alteração da sinalização dos Caminhos de Santiago, por pessoas que alteram a sinalização oficial por forma a que os peregrinos se desloquem até aos seus barcos para atravessar para Espanha.

O **Senhor Presidente** respondeu que efetivamente tem havido abusos por parte de operadores de transporte marítimo turístico, que de forma abusiva fazem pintura de setas no espaço público, no entanto, esta prática nunca se vê, não há denúncias junto das autoridades, nem identificação das pessoas que fazem essas marcações de forma ilegal. Esclareceu que a Câmara Municipal não tem competência de licenciar operadores marítimo turísticos, sendo uma competência da Capitania do Porto de Caminha e Turismo do Porto e Norte, I.P., entretanto foi realizada uma reunião com estes operadores, de forma a sensibiliza-los para que não haja este tipo



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

de abusos e que não haja práticas agressivas de concorrência, bem como foi realizada uma ação de remoção de sinalização colocada de forma abusiva.

Relativamente às questões colocadas sobre a Junta de Freguesia de Riba de Âncora, escusou-se a responder, uma vez que se trata de um assunto que diz respeito àquela Junta de Freguesia.

Relativamente ao estabelecimento comercial Café “O Leme”, que se encontra no prédio do Senhor António Manuel Pereira, respondeu que é um assunto que está a ser tratado e estão a decorrer prazos. Referiu que a Câmara Municipal é responsável pelo espaço público e equipamentos municipais. Explicou que não pode haver comercialização e confeção de alimentos dentro de um espaço que não está licenciado para esse fim. Lamentou a redação dos ofícios referidos, uma vez que foi infeliz, tratando-se da transposição daquilo que refere o regulamento sobre este tema.

A **Senhora Idalina Torres** cumprimentou os presentes e disse que é urgente proceder à esterilização dos animais errantes. Disse que a Associação “A Selva dos Animais Domésticos” fez algumas esterilizações no âmbito do orçamento participativo, no entanto, é necessário fazer a continuação desse trabalho de esterilização de animais de rua. Depois de ter falado com o Senhor Presidente e com a Senhora Vereadora Liliana Ribeiro sobre este assunto, decidiu ir à Assembleia Municipal falar dos animais errantes e não falou do abrigo da Associação “A Selva dos Animais Domésticos”, no entanto, a resposta do Presidente da Assembleia Municipal foi de que o abrigo tinha meios e apoios, não respondendo ao que efetivamente foi questionado. Reforçou que está a pedir a esterilização dos animais errantes, uma vez que há milhares de animais na rua, várias colónias dispersas, o que é uma responsabilidade da Câmara Municipal. disse ter conhecimento que a Câmara Municipal já se candidatou ao programa CEDE, mas é preciso mais, disponibilizando mais verba para estas esterilizações, uma vez que a Associação “A Selva dos Animais Domésticos” não pode disponibilizar dinheiro de um protocolo que tem os seus objetivos e fins, nomeadamente a gestão de um



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

abrigo de animais. Referiu que a Câmara Municipal retirou um funcionário do abrigo, sem ter dado qualquer conhecimento à Associação “A Selva dos Animais Domésticos”, o qual era o único que ainda ia fazendo alguma manutenção, uma vez que aquele equipamento está muito degradado.

Solicitou que seja colocada uma verba em orçamento municipal para acorrer às esterilizações dos animais errantes.

A **Senhora Karine Torres** cumprimentou os presentes e solicitou que sejam aproveitadas as chapas da obra do mercado municipal para colocar no abrigo de animais da Associação “A Selva dos Animais Domésticos”.

O **Senhor Presidente** respondeu que as chapas solicitadas encontram-se nos Estaleiros Municipais e serão disponibilizadas ao abrigo da Associação “A Selva dos Animais Domésticos”.

Comprometeu-se na próxima semana, realizar uma visita ao abrigo da Associação “A Selva dos Animais Domésticos”, juntamente com os técnicos do município, para analisar a forma de se poder fazer uma intervenção de requalificação.

Relativamente à colocação de verba em orçamento para esterilizações de animais errantes, respondeu que a Câmara Municipal está a trabalhar no documento e haverá oportunidade de falar sobre esse assunto.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** lamentou que o Senhor António Lages não tenha recebido resposta ao e-mail que enviou para a Câmara Municipal, o que tem sido recorrente com vários munícipes. Disse que as almofadas redutoras de velocidade são sempre uma solução, não colocando em causa que as lombas sejam mesmo necessárias, apenas transmitiu que este assunto deveria ser estudado, uma vez que os moradores se queixam da velocidade dos veículos.

Relativamente às questões do Senhor António Pereira, disse que o ofício que o Senhor recebeu da Câmara é surreal, uma vez que com aquele horário de funcionamento ninguém consegue descansar no prédio. Portanto, se está mal



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

escrito deve ser corrigido. Disse que a alteração à utilização é uma solução para o problema, no entanto se as vistorias atestaram que está ilegal, nem sequer pode estar aberto neste momento. Disse ainda não se recordar ter havido nenhuma deliberação da Câmara Municipal, para alargamento do horário de funcionamento, para o “karaoke”.

Referiu que a questão dos peregrinos do Caminho de Santiago é muito mais abrangente do que a questão das setas, uma vez que os municípios do Alto Minho já receberam muito dinheiro de candidaturas para promoverem este percurso até Valença, pelo que de certa forma os operadores marítimo turísticos estão a desvirtuar o Caminho Português da Costa, com esta selvajaria na alteração da sinalização. Portanto, trata-se de um problema muito maior e abrangente que deve ser tratado com algum cuidado.

Relativamente à esterilização de animais errantes, disse que na reunião de Câmara anterior alertou para este mesmo assunto que a Senhora Idalina Torres colocou, nomeadamente da necessidade de haver sempre uma verba para estas esterilizações, uma vez que é um problema gravíssimo que precisa de atuação rápida.

A **Senhora Vereadora Idalina Fernandes**, relativamente à questão do Senhor António Manuel Pereira, disse que não se fazem contratos de arrendamento mensais para este tipo de atividade, que é contínua, portanto é impossível haver um contrato de arrendamento mensal.

Referiu que a Senhora Idalina Torres está nesta reunião de Câmara como uma cidadã, a qual faz um trabalho de excelência, sendo nessa qualidade que fala dos animais errantes. Referiu que esta Senhora foi à Assembleia Municipal falar desta questão e que depois teve a resposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que no lugar de esclarecer, só veio lançar mais confusão na situação. Disse que a Assembleia Municipal é uma caixa de ressonância da Câmara Municipal, uma vez que a resposta nada tinha a ver com a questão colocada pela Senhora Idalina Torres. A Senhora foi falar de animais errantes e a resposta foi



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

sobre o abrigo de animais da Associação “A Selva dos Animais Domésticos”. Reforçou que esta questão dos animais errantes não tem que ser tratada pelos cidadãos, mas sim pela Câmara Municipal, uma vez que é da sua competência. Fez uma comparação com o dinheiro que a Câmara Municipal gasta em restaurantes e com o dinheiro gasto em esterilizações, questionando-se quantos animais daria para esterilizar com 5 mil euros. Insistiu que neste executivo há falta de planeamento e estratégia, sendo conveniente que se comesse a trabalhar e apresentar resultados.

O **Senhor Presidente** esclareceu que não pode responder pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que não se encontra na sala, nem faz parte deste órgão municipal. Referiu que ficaria preocupado que o partido da oposição estivesse alinhado com o executivo e a dizer que está a fazer um trabalho, uma vez que ficaria sem oposição, sendo que um regime democrático precisa de ter oposição. Aquilo que é feito nestas reuniões de Câmara é um exercício de democracia, onde os munícipes podem vir alertar o executivo para o que acharem conveniente, por forma a que se resolvam os problemas. Referiu que os cidadãos sabem reconhecer o trabalho que é feito.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 17 horas e 05 minutos, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Tomás Henrique Fernandes Antunes, Assistente Técnico da Secção de Administração, Atas e Expediente, que a redigi.

Paços do Município de Caminha, 2 de novembro de 2023

ASSINATURAS:



Câmara Municipal de Caminha

Ata 21/23 de 02/11/2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Rui Miguel Rio Tinto Lages

O ASSISTENTE TÉCNICO

Tomás Henrique Fernandes Antunes